



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº _____ DE 2013

(Do Senhor Deputado Zequinha Marinho)

Solicita realização de Audiência Pública a ser realizada na cidade de Altamira Estado do Pará, para debater sobre as experiências vividas assim como, pleito que estão formulando os Colonos Pioneiros das Rodovias Transamazônica e Cuiabá Santarém.

Nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para ouvirmos, na forma do artigo 256 do citado Regimento, o Senhor Cirilo Nicolodi, a Senhora Odete Reis e outras.

JUSTIFICAÇÃO

O governo militar brasileiro, tendo à frente o Presidente Médici institui por meio do Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970, o Plano de Integração Nacional - PIN. Utilizando mão de obra nordestina e de pequenos produtores rurais das regiões que deixaram tudo em busca

7C05F7EC28

7C05F7EC28

de um sonho estimulado pelo governo federal, que prometia terra, crédito e assistência o que nunca aconteceu.

Com o PIN “o governo foi capaz de mobilizar o sentimento nacionalista, neutralizando a esquerda nacionalista ao mesmo tempo em que permanecia basicamente cosmopolita no seu caráter, já que inclusive essa colonização da Amazônia implicaria numa maciça participação estrangeira”.

O PIN prevê que cem quilômetros em cada lado das estradas a ser construídas deveriam ser utilizadas para a colonização por cerca de 500 mil pessoas, ou seja, uma meta de assentar cem mil famílias. A rodovia Transamazônica foi a principal via escolhida para a colonização.

O Governo Federal, fez muita publicidade enganosa, garantido tudo que o pequeno produtor rural precisa para produzir e viver feliz. Isto nunca aconteceu. Milhares de famílias foram jogadas e abandonadas às margens da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém.

Sem as mínimas condições de vida e produção essas milhares de famílias ficaram entregues à própria sorte, sem saúde, sem educação, sem assistência, sem logística de transporte, sem energia, sem assistência técnica, sem financiamentos, e o pior, foram adoecendo de malária e outras doenças tropicais e morrendo a míngua. Ao promover isto, o Governo Federal incorreu numa profunda violação dos Direitos Humanos, ao trazer muito sofrimento, miséria, desgraça e morte a centenas cidadãos e famílias que acreditaram na sua propaganda.

Sala da Comissão, de novembro de 2013.

Deputado Zequinha Marinho

7C05F7EC28

7C05F7EC28